



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE ESTANCIA/SE

Processo: 201950001121

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVANDRO MENDONCA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

DA PROVA PERICIAL

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

DA PROVA ORAL

Cumpre ressaltar a importância da prova oral no caso em tela, visto que seu resultado implicará imediatamente no reconhecimento de que o registro de ocorrência é ou não válido.

Conforme informações da Coordenadoria, de Policia Civil do interior – COPCI, por intermédio do Delegado FABIO LUIZ SILVA PEREIRA, acidentes de trânsito com vítimas não podem ser registrados em delegacia virtual, e sim em delegacia de polícia física.

No entanto, o registro de ocorrência on line acostado aos autos não foi validado, de maneira que fica prejudicada a ocorrência dos fatos noticiados.

Tal prova é essencial ao deslinde da demanda, pois o acidente de trânsito (evento danoso) é elemento essencial à comprovação do nexo causal.

Dessa forma, ratifica a necessidade do depoimento pessoal do autor, a fim de confirmar a dinâmica do fato como ocorreu, bem como se houve o devido registro presencial da ocorrência, sem o qual falta prova da ocorrência do acidente de trânsito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ESTANCIA, 19 de novembro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE